Globethics Repository



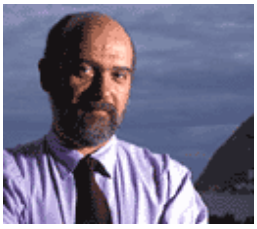
O ovo da serpente está sendo gestado no Sul [The snake egg is being brewed in the South]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Soares,Luiz Eduardo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-14 21:23:08
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162889

“O ovo da serpente está sendo gestado no Sul”

Entrevista com Luiz Eduardo Soares



A afirmação de Luiz Eduardo Soares refere-se ao tráfico de drogas armado, que cresce no Rio Grande do Sul, “ainda que numa escala diminuta” se comparado ao Rio de Janeiro. À questão do tráfico é discutida no livro ***Cabeça de Porco*** .Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, escrito por Soares, pelo *rapper* MV Bill e pelo empresário Celso Athayde. Sobre o Estatuto do Desarmamento, Soares acredita que ele “é ruim para criminosos e bom para a cidadania”. A entrevista que segue foi concedida por e-mail, no período em que ministrava diversas palestras sobre segurança em Porto Alegre.

Luiz Eduardo Soares atuou como subsecretário de segurança do Rio de Janeiro no governo de Anthony Garotinho. Deixou o cargo sob ameaças e perseguição. De parceiro do governador na implantação de um novo programa de segurança pública, acabou exilado nos Estados Unidos após denunciar a "banda podre" da polícia fluminense. O livro ***Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, conta essa história. Escreveu, ainda, ***Pluralismo cultural, identidade e globalização.*** Rio de Janeiro: Record, 2001, sua publicação mais recente, e ***Violência e política no Rio de Janeiro.*** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

Assessorou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre na última gestão do PTGraduado em Português-Literatura - Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Doutorou-se em Ciência Política pelo IUPERJ com a tese, publicada em livro, ***A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido***. Campinas: Unicamp, 1995. É pós-doutor em Filosofia Política pelas Universidades de Virgínia e Pittsburgh. Foi pesquisador do Departamento de Antropologia Social e, em 1975, do Departamento de Sociologia do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - Ibrades, vinculado ao Centro João XXIII. Foi professor visitante do Departamento de Ciência Política da Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, EUA, professor do Conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - e fundador e primeiro coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Violência do Instituto de Estudos da Religião (ISER) em 1991, onde desenvolveu várias pesquisas até janeiro de 1995. Atuou como coordenador da Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Área de Ciência Política/Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde é professor, e no Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ). Militou no Partido Comunista Brasileiro de 1977 a 1981.

IHU On-Line **- Em entrevista à revista Trip, o ex-presidente da Taurus, Carlos Murgel, afirmou que o Estatuto do Desarmamento "é**

uma lei boa para bandidos". O que o senhor pensa dessa afirmação?

Luiz Soares – Essa afirmação representa um erro de análise, que, por coincidência, expressa o interesse econômico do autor da avaliação equivocada. Mas coincidências acontecem. Na verdade, o Estatuto é ruim para criminosos e bom para a cidadania. De fato, ficará ainda melhor se o referendo aprovar a lei que proíbe a comercialização de armas de fogo e munições. O Estatuto tem, entre outros méritos, a virtude de impor ordem ao caos das informações sobre as armas produzidas e em circulação no País. Sem esta organização de dados, nenhuma política pode ser posta em prática para coibir o tráfico de armas, entre outras funções decisivas e urgentes. Vou votar sim, pela proibição do comércio de armas, por quatro razões: (1) pelo menos um terço das armas que hoje estão com criminosos tem origem legal e foram roubadas, furtadas ou negociadas ilegalmente, depois de terem sido compradas, legalmente. Com a proibição do comércio de armas de fogo e munição, reduziremos o estoque de armas em circulação e, portanto, imporemos uma restrição ao fluxo que alimenta parte significativa do circuito criminoso. (2) Segundo os dados disponíveis, pelo menos 8 mil homicídios dolosos (aproximadamente 20% do total verificado no Brasil, todos os anos) têm causas "fúteis", isto é, não são perpetrados por criminosos de carreira, mas por cidadãos que perdem a cabeça numa situação passional extrema. Essas explosões emocionais só se convertem em tragédias, com desfechos fatais, porque há uma arma de fogo acessível. Se reduzirmos esta disponibilidade, restringiremos a oportunidade para esse tipo de crime, tão importante, no conjunto. A violência doméstica letal está incluída neste universo. (3) A disponibilidade de arma aumenta, significativamente, o risco de acidentes graves ou mesmo letais. A cada dia, três crianças são hospitalizadas com ferimentos a bala, duas por acidente; uma por agressão intencional. (4) Quem supõe que se protege, possuindo ou portando uma arma, engana-se. Estudos nacionais e internacionais comprovam que, probabilisticamente, quem está armada está mais vulnerável à violência mais intensa. Com a proibição do comércio de armas e munição, será menor o número daqueles que se enganam e pensam proteger-se, armando-se, quando, em o fazendo, mais se expõem.

***IHU On-Line* – Que relações poderia estabelecer entre segurança pública e armamento no Rio de Janeiro e em Porto Alegre?**

Luiz Soares – Hoje, as semelhanças são mais importantes do que as diferenças, porque as características essenciais da violência carioca já estão presentes em Porto Alegre, ainda que numa escala diminuta. Apesar das distinções, o ovo da serpente está sendo gestado no sul, como demonstra o livro ***Cabeça de Porco*** - que escrevi com MV Bill e Celso Athayde. O tráfico de drogas, armado, recrutando jovens vulneráveis e impondo seu poder arbitrário sobre as vilas já é uma realidade. Uma triste realidade. Por outro lado, ainda não estão em curso políticas de segurança efetivas, muito menos políticas preventivas, capazes de reduzir o problema. Quanto às armas, as quantidades são bastante diferentes, mas elas já constituem o vetor mais preocupante, também em Porto Alegre. O tráfico de drogas é que financia as armas, mas devemos recordar que se as drogas fossem vendidas sem armas, teríamos um caso grave de saúde pública, mas não a barbárie da insegurança. As armas é que fazem a diferença negativa -ainda que esses aspectos não possam ser dissociados, na prática.

***IHU On-Line* - Qual o destino que deve ser dado às armas apreendidas?**

Luiz Soares – Para evitar desvios, elas devem ser imediatamente destruídas. Já vimos o que acontece com seu prolongado acautelamento. Roubos que as colocam, novamente, em circulação. Aliás, isso acontece até com dinheiro acautelado na PF, como ocorreu há pouco.

***IHU On-Line* - Quais são os maiores problemas relacionados à segurança pública no Rio Grande do Sul hoje?**

Luiz Soares – Há vários, mas a matriz mais grave, sobretudo da criminalidade letal, é o tráfico, porque vem crescendo, alimentando-se dos jovens sem perspectivas e esperança, com auto-estima devastada, que acabam recrutados e são tratados como peças de reposição. Mortos, são logo substituídos, e a dinâmica se reproduz. Não adianta combater a dinâmica, sem desarmar o gatilho que a reproduz e que é o recrutamento de jovens vulneráveis, o qual, por sua vez, só acontece porque certas condições materiais e intersubjetivas estão dadas.

***IHU On-Line* - Como avalia o envolvimento da polícia com o crime no Brasil?**

Luiz Soares – Este é um dos problemas mais sérios e desafiadores. Somente uma profunda reforma das instituições da ordem será capaz de reduzir a desordem que assolou grande parte delas, em vários estados, sobretudo no Rio de Janeiro. São necessários mecanismos de controle externo, como ouvidorias, com participação popular, combinados com - mas independentes - os mecanismos de controle interno. Além disso, será preciso implementar uma radical reengenharia da gestão, reestruturando-se a estrutura organizacional de ambas as polícias e as integrando, mesmo que permaneçam separadas, por determinação constitucional. A reengenharia deve envolver mudanças na formação e capacitação; na coleta, no processamento, na análise e na distribuição de dados; na esfera do trabalho preventivo; na área fundamental da perícia; e na administração, a qual deve orientar-se pelo tríptico diagnóstico-planejamento-avaliação, para que se possa agir com inteligência e prospectivamente, ao invés de apenas correr atrás do leite derramado, e para que se possam identificar os erros e corrigi-los, via monitoramento permanente, libertando as polícias do ciclo vicioso que as faz escravas dos erros. Nessas mudanças, os policiais devem participar, assim como a sociedade - sem demagogias e populismos, é claro.

***IHU On-Line* - Como foi realmente seu trabalho e sua saída na Coordenação de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Rio de Janeiro?**

Luiz Soares – É uma longa história. Não por acaso, escrevi um livro de 500 páginas sobre essa experiência, chamado ***Meu Casaco de General*** (editora Companhia das Letras, 2000). Em resumo, implantei, com a equipe, várias reformas: Delegacia Legal; Áreas Integradas de Segurança (AISPs); Conselhos Comunitários nas AISPs; Mutirão pela Paz (policiamento comunitário nas favelas, acompanhado de políticas sociais); Reforma da Perícia; Ouvidoria das Polícias; Programa de Proteção às Testemunhas; Movimento pelo Desarmamento; Política de defesa das mulheres; Centros de Referência contra a Homofobia, contra o Racismo, de Defesa do Meio-Ambiente; convênios com a UFF e a UERJ, visando à qualificação dos policiais; Complementação da escolaridade dos policiais, com implantação de projetos de educação à distância nos batalhões, etc, etc... Nosso trabalho, que durou 500 dias, produziu os melhores resultados na área da segurança, no estado do Rio de Janeiro, nos últimos 15 anos - estavam longe de serem bons resultados, claro, mas eram os menos maus do período referido. Entretanto, a resistência de grupos criminosos infiltrados nas polícias foi enorme, ameaçando desestabilizar o governo do estado, o qual, acuado, resolveu recuar para evitar riscos. Ao invés de combater esses grupos de maus policiais - a chamada banda podre -, o governo resolveu tentar cooptá-los, para submetê-los à linha política do Estado, como usualmente se faz. Na prática, esses grupos não são cooptáveis - eles acabam predominando e degradando as instituições. Não aceitei essa orientação política e fui exonerado, em condições traumáticas, o que me obrigou a passar um ano fora do País.